

A “QUESTÃO SOCIAL” EM MARX ENQUANTO CATEGORIA E SUA RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL

João Paulo Galhardo Brum

Resumo: O presente trabalho busca debater a utilização do termo “questão social” enquanto categoria válida para o debate marxista a partir da obra do próprio Karl Marx. Utilizando textos fundamentais para o Serviço Social, a partir de dois dos seus principais autores, José Paulo Netto e Marilda Iamamoto, tentamos esclarecer se “questão social” é uma categoria por si só ou se houve algum tipo de adaptação do termo nos moldes do Serviço Social. Para isso, o artigo de Elcemir Paço-Cunha se mostrou fundamental ao delimitar os limites da aplicação desse termo a partir da análise imanente da obra de Marx.

Palavras-chave: Marx; Questão Social; Serviço Social

Abstract: This paper aims to debate the usage of the term "social question" as a valid category for Marxist discourse based on Karl Marx's own work. By employing foundational texts in Social Service, authored by two of its main proponents, José Paulo Netto and Marilda Iamamoto, we seek to clarify whether "social question" stands as a category on its own or if there has been some sort of adaptation of the term within the framework of Social Service. To achieve this, Elcemir Paço-Cunha's article proves essential in delineating the boundaries of applying this term through an immanent analysis of Marx's work.

Keywords: Marx; Social Question; Social Service * Psicólogo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e mestrando no Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela UFJF. E-mail: jpgbrum@gmail.com

INTRODUÇÃO

A "questão social" talvez seja o principal pilar de sustentação do Serviço Social. Sua penetração no vocabulário dessa profissão é contundente e histórica. O papel do assistente social, tendo em vista a desigualdade social, aliada à exploração do trabalho e às condições alienantes características da sociedade capitalista, é fundamental para um vislumbre de um outro futuro possível. Seu papel é essencial ao possibilitar o aumento das possibilidades de se alcançar uma vida mais digna e verdadeiramente livre. A divisão social do trabalho e o modo de produção privado são fontes inegáveis de cerceamento da liberdade humana. Marx, ao caracterizar a subjetividade engendrada pelo modo de produção capitalista, afirma:

Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o gênero [humano]. Faz-lhe da vida genérica apenas um meio da vida individual. Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada. (...) O trabalho estranhado faz, por conseguinte: 3) do ser genérico do homem, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser estranho a ele, um meio da sua existência individual. Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência humana. 4) uma consequência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o estranhamento do homem pelo

[próprio] homem. Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o outro homem. O que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem. Em geral, a questão de que o homem está estranhado do seu ser genérico quer dizer que um homem está estranhado do outro, assim como cada um deles [está estranhado] da essência humana. (MARX, 2010, p.84-6)

O desmonte recente de conquistas sociais advindas de lutas históricas da classe trabalhadora é parte de um grave processo de aprofundamento da “questão social”. A ofensiva neoliberal, especialmente no Brasil, a favor da reprodução desenfreada do capital resulta em trágicas consequências para os trabalhadores. Tal realidade parece esgotar as possibilidades de mudança e de esperança. Compreender melhor as determinações da existência, porém, contribui para a mudança da própria realidade. A relação do serviço social e do marxismo com o conceito de “questão social” é uma dessas complexidades teóricas que abrangem a realidade, na qual seu desdobramento pode ajudar a alcançar uma melhor compreensão da práxis dessa profissão. Como descrito por lamamoto:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho - das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa portanto *disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais(...)*. (2001, p.16-17)

José Paulo Netto (2001) defende que a questão social está inexoravelmente conectada à razão de existência do Serviço Social enquanto profissão e campo do saber: “sua *raison d’être* tem sido a “questão social” - sem ela, não há sentido para esta profissão” (p.49). O autor argumenta, ainda, que “na agenda contemporânea do Serviço Social brasileiro, a questão social é ponto saliente; incontornável e praticamente consensual” (p.41). Tal “questão social”, entretanto, é razão de disputa e debates dentro e fora do Serviço Social. Suas diferentes definições e histórias de origem complexificam e questionam essa aparência de consenso. Uma evidência de que o tratamento da “questão social” a partir dos textos de Marx não é consenso é a afirmação de Marilda lamamoto de que “a expressão “questão social” é estranha ao universo marxiano” (2001, p.11). Enquanto isso, na mesma publicação, Netto afirma que, em O Capital, “a

análise marxiana da "lei geral da acumulação capitalista", contida no vigésimo terceiro capítulo do livro publicado em 1867 revela a anatomia da questão social" (2001, p.45).

A interlocução desse debate com o texto de Elcemir Paço Cunha "Contribuição ao debate da questão social em Marx", de 2014, pode fornecer pistas importantes sobre a consolidação ou não desse suposto consenso da "questão social" como razão de ser do Serviço Social e sua presença nos textos fundamentais de Marx. Isso se justifica, pois como colocado por Paço Cunha: "O problema a ser determinado é: a questão social se confirma ou não como uma categoria econômica, uma abstração razoável, semelhante às demais categorias como "formas de ser, determinações da existência"?" (2014, p. 38).

As análises de Netto e de Yamamoto sobre a "questão social" são pontos incontornáveis de tal debate. Suas contribuições dadas no VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, realizado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social em 2001, são, até hoje, referenciadas como pontos fundamentais de estudo sobre o tema.

DESENVOLVIMENTO

Yamamoto inicia sua exposição no evento, a partir do tema "A Questão Social no Capitalismo", traçando um histórico do uso do termo "questão social" e as diversas metamorfoses que o mesmo sofreu, até chegar no centro do debate marxista. Apesar disso, a autora argumenta que Marx não usou diretamente o termo, mas que "os processos sociais que ela traduz encontram-se no centro da análise de Marx sobre a sociedade capitalista." (p.11). Isso se justifica, segundo a autora, pois no capitalismo surge o "trabalhador livre", que por não possuir nada além da sua força de trabalho, só se torna cidadão a partir do emprego, que nada mais é do que a venda dessa sua força de trabalho.

A existência do *trabalhador livre* - a separação do indivíduo das condições de seu trabalho, monopolizadas sob a forma capitalista de propriedade - enquanto condição histórica dessa forma de organização social da produção, torna o indivíduo que trabalha um *pobre virtual*. *Pobre enquanto inteiramente necessitado, excluído de toda a riqueza objetiva, dotado de mera capacidade*

¹ "as categorias expressam formas de ser, determinações de existência" (MARX, 2011, p.85)

de trabalho e aliado das condições necessárias à sua realização objetiva na criação de seus meios de sobrevivência. Como a capacidade de trabalho é mera potência, o indivíduo só pode realizá-la se encontra lugar no mercado de trabalho, quando demandado pelos empresários capitalistas. Assim a obtenção dos meios de vida depende de um conjunto de mediações que são sociais, passando pelo intercâmbio de mercadorias, cujo controle é inteiramente alheio aos indivíduos produtores. (IAMAMOTO, 2001, p.17).

Tal processo se dá pela distribuição dos meios de produção, que é desigual, gerando uma relação de proprietário e não-proprietário. O *pobre*, portanto, seria esse ser sem propriedade, dotado apenas da sua força de trabalho para venda, refém do meio social no qual está inserido. A propriedade privada entra aí, então, como principal motor da desigualdade social na sociedade capitalista.

No segundo momento de sua exposição, lamamoto trata da questão social na contemporaneidade, elencando quatro pontos principais que caracterizam novas faces do capitalismo. O primeiro diz respeito ao pagamento da dívida externa dos países como justificativa de orçamento limitado para investimento em políticas públicas. O segundo ponto trata das transformações do trabalho e da flexibilização de leis trabalhistas. O terceiro diz respeito à ofensiva neoliberal e a consequente redução do papel do estado na vida pública. E o último ponto detalha a invasão da lógica de mercado na esfera social, onde se compara o Estado com empresas privadas. O que se vê, então, é uma redução do papel do Estado e uma dominação do mercado privado, agravando ainda mais a lógica da propriedade privada e suas consequências nefastas.

O terceiro e último ponto diz respeito às estratégias de combate da questão social. Segundo o raciocínio da autora, caberia ao estado combater as desigualdades engendradas pelo capital privado, investindo em políticas públicas que combatam esses retrocessos contemporâneos. No Brasil, seria importante apostar na Constituição Federativa de 1988, fazendo valer seus princípios de universalidade e democracia. Além disso, "reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, que parece ter sido submerso do debate profissional ante o refluxo dos movimentos sociais." (p.23). Mais uma vez, a questão central do debate de lamamoto é a contraposição da questão social e o papel do Estado em mitigar suas consequentes mazelas. Assim, o embate público versus privado é o principal tema

debatido, com uma defesa do Estado como agente de melhorias sociais e garantidor da qualidade de vida da população.

Observa-se uma clara tendência de deslocamento das ações governamentais públicas- de abrangência universal - no trato das necessidades sociais em favor de sua privatização, instituindo critérios de seletividade no atendimento dos direitos sociais. Esse deslocamento da satisfação de necessidades da esfera do direito público para o direito privado ocorre em detrimento das lutas e de conquistas sociais e políticas extensivas a todos. É exatamente o legado de direitos conquistados nos últimos séculos, que hoje está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal, em uma nítida regressão da cidadania que tende a ser reduzida a suas dimensões civil e política, e rodando a cidadania social. Transfere-se para distintos segmentos da sociedade civil significativa parcela da prestação de serviços sociais, afetando diretamente o espaço ocupacional de várias categorias profissionais, dentre as quais os assistentes sociais. (IAMAMOTO, 2001, p.25)

Já José Paulo Netto, na conferência intitulada “Cinco notas a propósito da “Questão Social”, começa o debate afirmando categoricamente a conexão ineliminável do Serviço Social com a “questão social”. Ao propor uma definição da mesma, alerta sobre suas diferentes compreensões. Mas, como indicado pelo título, a partir de cinco pontos o autor tenta fazer esse esforço de definição.

Assim como Iamamoto, Netto faz um pequeno resgate histórico, conectando o termo com o fenômeno do pauperismo, onde a pobreza, a partir do início da industrialização, "crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas" (p.42). A designação de “questão social”, portanto, teria surgido como consequência dos desdobramentos sócio-políticos das lutas sociais despertadas pelo pauperismo. “Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social”(p.43).

No segundo momento, Netto argumenta que a “questão social” passou a ser um termo usado com teor conservador, a partir da segunda metade do século XIX. Isso se deu devido ao fato de que passou-se a utilizar o termo a fim de justificar reformas sociais que atendessem aos interesses da classe burguesa, sem alterar de fato o monopólio privado dos modos de produção:

Mais precisamente, o cuidado com as manifestações da “questão social” é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida; trata-se de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos

fundamentos da sociedade burguesa. Tem-se aqui, obviamente, um reformismo para conservar. (NETTO, 2001, p.44)

Por isso, segundo o autor, o uso das aspas ao se referir ao termo se faz necessário, já que o pensamento revolucionário, a partir daí, identifica tal conceito com o pensamento conservador. No terceiro ponto de sua argumentação, Netto indica o momento em que Marx passou a compreender de forma mais abrangente o fenômeno da “questão social”:

É apenas com a publicação, em 1867, do primeiro volume d'O Capital, que a razão teórica acedeu à compreensão do complexo de causalidades da “questão social”. Somente com o conhecimento rigoroso do “processo de produção do capital” Marx pôde esclarecer com precisão a dinâmica da “questão social”, consistente em um complexo problemático muito amplo, irredutível à sua manifestação imediata como pauperismo. (2001, p.45).

Dessa forma, o autor vincula a obra madura de Marx à compreensão e explicação da “questão social”, principalmente em O Capital, mais especificamente no vigésimo terceiro capítulo do livro. Tal conexão se dá pela análise da exploração, fruto da relação capital/trabalho. O que diferenciaria a “questão social” de outras formas de desigualdade precedentes ao capitalismo seria que nesse modo de produção “a supressão da exploração do trabalho pelo capital, constituída a ordem burguesa e altamente desenvolvidas as forças produtivas, não implica - bem ao contrário! - redução da produção de riquezas” (NETTO, 2001, p.46). Assim:

A “questão social”, portanto, nessa perspectiva teórico analítica, não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital. (p.46).

No quarto ponto, Netto traça uma linha histórica que vai das revoluções do século XIX, passando pela entrada no século XX e suas guerras, pelo welfare state pós guerra, que gerou uma ilusão de que era possível um bem estar social no capitalismo, até à investida neoliberal que rompeu com as amarras de aparente coesão social. A partir dos anos 80, descobre-se uma “nova questão social”, que é apenas, segundo o autor, a velha questão com uma nova roupagem. Não se trata de novas questões, mas apenas o recrudescimento de avanços falsos que provam a impossibilidade de reformas dentro do capitalismo.

No quinto e último ponto, reforça-se a importância da dissolução do capitalismo como forma única de combate à “questão social”: “A possível derrota do capital, em condições tais em que se suprima a escassez, determinará a superação da ‘questão social’” (p.49). Além disso, o autor faz referência à existência do Serviço Social, conectando-a à existência do próprio capitalismo e da “questão social”:

A segunda indicação refere-se ao Serviço Social: sua *raison d'être* tem sido a “questão social”, sem ela, não há sentido para esta profissão. Mas até a sua resolução na supressão da ordem do capital, ainda está aberto um longo caminho para a profissão. O objetivo histórico da sua superação passa, ainda e necessariamente, pelo desenvolvimento das suas potencialidades. Ainda está longe o futuro em que esta profissão vai se esgotar, pelo próprio exaurimento do seu objeto. (p.49).

Elcemir Paço Cunha, em seu texto “Contribuição ao debate da *questão social* em Marx” (2014), tenta elucidar as conexões existentes do termo com o pensamento e, mais importante, com os textos de Marx. O que Paço-Cunha (2014) faz é buscar no próprio Marx o uso do termo “questão social” enquanto categoria, partindo do argumento de que o debate no Serviço Social não avança no solo marxiano a fim de nele encontrar as respostas para tal questão, “já que nenhuma dessas principais formas de tratamento da “questão” ancora diretamente tais conteúdos a partir de Marx” (2014, p.19). O que se faz é extrair do todo marxiano, principalmente de *O Capital*, o conceito abstrato de “questão social”. Além disso, as tentativas de definir a questão social acabam, muitas vezes, tendo um caráter vago, muito abrangente. Afinal, ao que se refere, na maioria das vezes, é ao efeito e aos desdobramentos da questão social, ou ao tipo geral de sociabilidade surgida no capitalismo. Tanto nas definições de Netto (2001) como nas de Iamamoto (2001), o que se tem é uma “equivalência a problemas sociais gerais engendrados pela contradição fundamental, no caso, a produção socializada mas de apropriação privada.” (PAÇO-CUNHA, 2014, p.19).

Porém, se o próprio Marx utilizou raras vezes o termo, e construiu a partir da categoria do pauperismo uma verdadeira edificação teórica, é questionável se a escolha e a insistência na “questão social” ainda é relevante ao se debater o autor. O fato da questão social não ser uma categoria marxiana não impede que ela seja uma categoria do serviço social, mas conectar o pensamento do Serviço Social com o pensamento de Marx através da questão social pode ser um equívoco. Paço-Cunha (2014) demonstra que o próprio capítulo XXIII d’*O Capital* não utiliza o

termo “questão social” nenhuma vez, apesar da afirmação de Netto de que tal capítulo teria como centro teórico tal questão. Além disso, categorias como pauperismo teriam uma relevância e uma presença maior nos textos marxianos, se constituindo como verdadeiros edifícios teóricos de fácil identificação e determinação a partir de Marx.

O trabalho de Paço-Cunha (2014) também demonstra que a utilização do termo “questão social” em Marx se deu mais em cartas e trocas intelectuais entre correspondentes diversos, estando presente em debates mais “informais”, e não nos textos principais de Marx. Isso indica que o próprio autor alemão conhecia mas evitava a utilização do termo nas suas construções teóricas formais. Ou seja, o termo não era estranho ao universo Marxiano, mas também não ocupava lugar central ou até mesmo secundário em suas elaborações. Esse debate se torna relevante para o Serviço Social pois:

Se o problema aqui em pauta, entretanto, fosse algo secundário, algo que não servisse de centro gravitacional ao Serviço Social ou que não tivesse recuperado as ideias de Marx de uma alegada crise, talvez não fosse tão grave o problema de não haver uma grafia sequer de “questão social” nos textos de Marx indicados antes, nem mesmo no capítulo supostamente dedicado à anatomia da “questão social”. Como uma categoria central, sua presença e desenvolvimento não poderiam ser substituídos por meros termos correlatos e, além do mais, nunca foi feito de Marx pecar pela falta de rigor em categorias tão centrais. Não parece ser prudente para a precisão de uma compreensão teórica fazer concessões às translações terminológicas, ainda mais em se tratando de *abstrações reais, categorias por meio das quais se reproduz no pensamento a processualidade efetiva das coisas*. (PAÇO-CUNHA, 2014, p.22)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso, é possível se aproximar de uma resposta ao questionamento da confirmação ou não da questão social como categoria, já que as evidências trazidas pelo autor em seu texto de 2014:

(...) deixem entrever a possibilidade de ser a questão social uma elaboração conceitual de peso político e amalgamadora de inúmeros elementos, mas que não expressa relações reais em si como categoria, que não se confirma como “expressão teórica, abstração das relações sociais de produção” (...) (p.38)

O texto de Paço-Cunha não ambiciona resolver todos esses problemas, apenas aponta que o rigor de Marx e o rigor em relação a Marx dificulta definir de forma clara a importância da “questão social” para o autor de O Capital. Marx chega a afirmar em uma carta que toda questão humana é uma questão social, preferindo, por isso, muitas vezes, utilizar a questão nacional ou a questão operária. Além disso, categorias claras como mais-valor; pauperismo; relação capital-trabalho; processo de trabalho, dentre outras, são muito mais presentes e melhor trabalhadas na obra do autor.

O arremate final, talvez, seja a compreensão da relação entre a propriedade e a sociedade burguesa. O texto de Yamamoto, por exemplo, revolve em torno do papel do Estado como provedor das possibilidades de redução dos efeitos cruéis da “questão social”, sempre argumentando que a lógica privada invadiu as relações sociais, agravando a “questão social”. Sobre isso, é possível argumentar, portanto que:

(...) a questão social é expressão da questão da propriedade mais ao fundo, cujo significado histórico-mundial realiza-se na moderna sociedade burguesa. Quanto mais avança economicamente a burguesia num país - relações materiais efetivas -, e também seu domínio político - sua forma política correspondente -, mais claramente a questão social se impõe. Desigualdade social e pauperismo são expressões, não da questão social, mas da questão da propriedade, uma vez que todas as questões são sociais. (PAÇO-CUNHA, 2014, p.43).

E ainda:

(...) vemos que tal categoria (*questão social*) não ocupa o lugar central da analítica, pois o que a curva de fato, o que tem suficiente articulação na estrutura do pensamento, é a *propriedade* como relação social de produção que marca a forma particular da sociedade burguesa e fornece conteúdo à (variada) forma política dessa relação, o que, no conjunto, engendra a desigualdade social e o pauperismo, cuja solução só pode ser encontrada na abolição das relações sociais burguesas pela luta de classes como produto de um movimento histórico determinado. O que parece expressar melhor essa luta entre burguesia e trabalhadores é a *questão da propriedade*, algo muito próximo aos textos marxianos mais centrais, como o *Manifesto*, *A miséria da filosofia* ou mesmo *O capital*. Fica indicado, portanto, quão problemático é o caráter categorial da *questão social* na medida em que, mais uma vez, todas as questões entre os homens são sociais. Deste ângulo, *pauperismo* é uma categoria muito mais concreta e dispensa equivalências conceituais complicadoras. (p.44).

Talvez seja importante, então, que o Serviço Social inicie essa nova década retomando as bases marxianas para a discussão da propriedade privadas e do pauperismo, fundando novos paradigmas para o debate sobre as consequências do capitalismo. Com isso, não se abandona a

“questão social”, mas cria-se um novo rumo de discussão a partir da redescoberta de Marx de categorias que talvez expliquem de forma mais clara a realidade da vida presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A Questão Social no Capitalismo**. In: Temporalis, Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001, p. 09-32.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Boitempo Editorial, 2010.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Boitempo Editorial, 2011.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. In: Temporalis, Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001, p. 41-50.

PAÇO-CUNHA, Elcemir . **Contribuição ao debate da questão social em Marx**. In: CARINA BERTA MOLJO; CLÁUDIA MÓNICA DOS SANTOS. (Org.). Serviço Social e Questão Social: Implicações no mundo do trabalho e no exercício profissional do assistente social em Juiz de Fora. 1ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014, v. , p. 15-58